



MIGRAÇÕES E TRAJETÓRIAS NA FORMAÇÃO DO SUJEITO: QUANDO O LÁPIS PESA MAIS DO QUE A ENXADA

Danilo Alves da Conceição

RESUMO

A dissertação da qual origina este artigo tem enquanto objetivo estrutural compreender os significados que as categorias de educação e trabalho assumem ao longo do percurso geracional de famílias aqui consideradas como pertencentes aos batalhadores, nova classe trabalhadora, segundo o referencial teórico de Souza (2009; 2012), produto das transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil principalmente a partir da primeira década dos anos 2000. Para tal feito, foram realizados estudos de caso, utilizando as técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação participante, de quatro famílias que além de exibirem características relativas a esta fração social, são compostas por três gerações e apresentam o pressuposto histórico de migração do Estado de Sergipe para a cidade de Santos, situada no litoral do Estado de São Paulo. Além do objetivo principal, são retratados e discutidos aspectos relativos a este espaço migratório, bem como as dinâmicas e estratégias familiares, desenvolvidas em torno da busca pela sobrevivência, notadamente na relação entre trabalho e educação. Foi possível observar que a herança imaterial (BOURDIEU, 1997) das trajetórias anteriores são um importante referencial para as gerações posteriores. Contudo, visualiza-se também, principalmente nas terceiras gerações, como a inserção em novos padrões de consumo e vivência impactaram em suas perspectivas acerca do trabalho e da educação.

Palavras chave: Trabalho, Educação, Família, Migração, Batalhadores.

Luiz e a peleja entre infernos (Silvas)

Oriundo da cidade de Macambira, situada no agreste sergipano, Luiz tem 68 anos e chegou à cidade de Santos no ano de 1975, aos 27 anos de idade. Fomos apresentados um ao outro por um sobrinho seu. Luiz e sua família residem no morro do



Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

Pacheco¹, situado na região central do município de Santos, a menos de três quilômetros do Porto de Santos. Seus primeiros moradores datam do final do século XIX e eram famílias de migrantes portugueses e espanhóis, fato que se alterou a partir dos anos 1940 com o adensamento do fluxo migratório da região Nordeste para o Sudeste, momento em que o bairro passa a ser majoritariamente povoado por migrantes nordestinos.

Não há acesso para automóveis, só é possível subir e se locomover através das escadarias que entrecortam o morro. Em uma das primeiras conversas, Luiz contou sobre as peculiaridades de se morar em um local onde não há acesso para veículos. Trocar um sofá e o botijão de gás, realizar a compra do mês em um supermercado, entre outras ações banais do cotidiano tomam um contorno diferente. O mesmo ocorre com a construção das casas. Primeiro, é necessário subir “no lombo” todo o material de construção para só em um segundo momento dar início a obra. Segundo ele, levantar uma laje no morro é trabalho para “cabra macho”. Questionado se é comum a queda de casas, principalmente durante as chuvas de verão, ele afirma que é muito difícil acontecer, e quando ocorre, é porque a construção não foi bem efetuada.

Morro do Pacheco

¹ De acordo com o Censo de 2010, o morro do Pacheco possui uma população de aproximadamente 1800 pessoas e densidade populacional de 14,9 habitantes por km².



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS



Fonte: Jornal A Tribuna, 04 de outubro de 2010

Morro do Pacheco



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS



Fonte: Site G1, 23 de setembro de 2013

Além de ter papel destacado na trajetória da família de Luiz, o morro do Pacheco aparece como localidade de extrema importância do processo migratório existente entre a cidade de Santos e Sergipe. O morro seria o primeiro local de residência da maioria dos recém-chegados, como foi no caso do filho e sobrinho de Roberta que discutiremos na seção posterior. Segundo Luiz, isto ocorreu devido à existência de um pau-de-arara que saía daquela parte do Estado de Sergipe e deixava os migrantes às portas do morro, fato relatado também por outros migrantes no processo exploratório inicial desta pesquisa. Durante o trabalho de campo, foi possível constatar uma grande presença de famílias sergipanas vivendo no morro do Pacheco. De acordo com Luiz, existiam muitos mais vivendo ali, no entanto, muitos de seus vizinhos mais velhos resolveram voltar para Sergipe ao longo dos anos.

Luiz foi o primeiro de sua família que partiu atrás de uma “melhora”, deixando seus pais e dez irmãos, além de Maria, 71 anos, com quem se casou aos dezoito anos, e seu filho Antônio, na época com sete anos de idade. Além de Antônio, ele e sua esposa tiveram também outras duas filhas que faleceram precocemente, uma com dezessete dias, vítima de algum tipo de subnutrição, e a outra ainda no período de gestação devido



a complicações e falta de cuidados médicos. Luiz nos conta que os seus pais eram veementemente contra a sua partida, afirmando que ele era “bruto” e “ignorante” e que não iria se adaptar à cidade grande. Sendo analfabeto, conta que tentou estudar quando ainda estava em Sergipe, mas justifica que era um menino bastante briguento e as professoras não o toleravam. Assim, logo cedo desistiu de estudar.

Lá, o senhor chegou a estudar em Macambira?

Estudei, só que eu fui muito sem vergonha, só queria briga. Moleque rebelde da peste (risos).

Até que ano o senhor estudou?

(Risos) É que nem eu falei pra você, eu não (...). Eu chegava daqui ia expulso de um colégio pra outro, e aí brigava cá professora, brigava com os moleque, até na cartilha assim, né? Por aí, mas não aprendi nada memo, foi, fiquei muito bruto memo e levei na vagabundagem.

Não, mas aí aprender a ler e escrever o senhor aprendeu lá na escola ou o senhor aprendeu aqui, depois de velho?

Não aprendi nada, não sei nem assinar o nome.

O senhor não sabe não?

Assino tudo errado, faltando pedaço, a peste.

Não, mas o senhor lê, não lê não?

Não, não leio não, não falei pra você? (risos) (Luiz, 68 anos).

Ele afirma que lembra com muita vivacidade dos pais aos prantos no dia de sua partida, mas, mesmo assim, não desistiu, uma vez que não via nenhuma perspectiva em manter-se ali.

Ah! Pra eu vim pra cá foi uma ficulidade da pente. Ah! Eu (...). Meus pai não queria que eu viesse. Dizia que eu ia morre porque não tem cultura, não tem estudo, então se, ah! Eu digo, eu vou, de qualquer jeito eu vou, né? Não tem jeito, os véio ficou chorando de desgosto, né? Pra não vim. Porque minha cultura era pouca, mas naquela época era bom pra emprego, chegava aí numas firma dessa você entrava com qualquer cultura, não exigia muito emprego não, foi tanto que eu entrei no Açúcar Pérola de peão e saí de operador, teve uma oportunidade. Já no Moinho (...), eu não tive. Entrei de peão de ajudante geral e saí de ajudante geral, aí as coisa já foi modificando (Luiz, 68 anos).

Sua vinda foi incentivada por um cunhado que, à época, residia em Santos e afiançava à existência da abundância de empregos mesmo para aqueles que eram tidos como “sem cultura”. As impressões de seu cunhado se somavam as outras histórias e boatos que existiam sobre a cidade desde a infância. É latente em sua fala o peso que



Santos exercia no imaginário dos que permaneciam em Macambira, é o elemento catalisador que se transmuda nos símbolos associados ao sucesso dos que retornam e nas representações sobre a cidade.

Apesar das dificuldades que posteriormente Luiz atestara ao se estabelecer no Sudeste, a realidade era retrabalhada de forma efêmera quando retratada pela grande maioria que retornava a terra natal. Tal característica aparece em outros estudos acerca de fluxos migratórios como no de Pais (2006) sobre imigrantes romenos estabelecidos em Portugal e na obra de Sayad, com o depoimento de argelinos que imigraram para a França:

Não, nunca nos explicam a França como ela é antes que a conheçamos. A gente os vê gastar esse dinheiro sem cuidar; eles estão bonitos, estão gordos. E, quando falam, o que dizem? Eles falam de seu trabalho. Quando dizem: “Faço um trabalho difícil”, a gente os admira... Se suspeitamos que estão mentindo, é quando se vangloriam de fazer um trabalho difícil, um trabalho duro; o trabalho é sempre duro, é preciso ser forte para fazê-lo, isso quer dizer que eles ganham muito dinheiro. É isso que a gente entende quando não vimos com nossos próprios olhos [...] De resto, ninguém fala (SAYAD, 1998. p.36).

Ainda em Sergipe, Luiz trabalhava junto com a família como meeiro, arrendando terras de fazendeiros locais e cultivando milho, mandioca e algodão; ficando com uma pequena parte da colheita para o próprio consumo e venda, que, de acordo com suas palavras, mal dava para sobreviver. Recorda que, certa vez, tentou convencer um dos fazendeiros dos quais arrendava terra a deixá-lo criar um pasto com umas “vaquinhas” para incrementar a sua renda, mas este não aceitou a proposta e queria sempre ficar com toda a renda.

As características e dificuldades do trabalho no campo apresentadas por ele são similares aos apresentados no trabalho de Menezes (1985), ao analisar as condições de reprodução dos trabalhadores rurais no sertão paraibano. Em seu estudo, ela discorre sobre a parceria, modalidade em que os camponeses fazem uso de porções de terras de grandes proprietários em troca de um pagamento em forma de porcentagem da produção. A parceria ocorria de duas formas, com o trabalhador morando de favor na



terra em que trabalhava, ou simplesmente alugando-a como no caso de Luiz e sua família. Sobre as diferenças entre o morador e o rendeiro:

[...] o rendeiro não é completamente autônomo, o proprietário diz o que plantar, como deve ser plantado. O controle do rendeiro, por parte do patrão, se dá mais ao nível da produtividade, de forma a assegurar o pagamento da renda pelo preço mais alto possível. O patrão controla as atividades do morador num nível muito maior, porém tem determinadas obrigações com o morador. O morador está preso a uma relação pessoal e direta com o patrão, que assume um caráter moral muito forte. Muitas vezes ele enxerga a exploração, porém é incapaz de se colocar contra o patrão, pois isto significaria traição. [...] O rendeiro se sente mais livre para “escolher” o patrão. É mais livre na determinação do seu modo de vida, modo de pensar, sua consciência, sua expressão de voto (MENEZES, 1985, p.76).

Mesmo não sofrendo do controle exercido pelos grandes proprietários como no caso dos moradores apresentada por Menezes (1985), a limitação existente em manusear a terra alugada é compreendida por Luiz como elemento que obstruiu sua liberdade e possibilidade de sobrevivência em sua terra natal.

Durante os primeiros meses em Santos, Luiz morou com um primo de sua esposa. Localizada no morro do Pacheco, a residência possuía um quarto e banheiro que eram divididos entre ele, o primo de sua esposa e sua mulher, o filho deles recém-nascido e um conhecido. Pouco tempo depois foi dividir com outros dois companheiros de trabalho um quarto e banheiro também localizado no morro. As redes familiares se mostram, então, como um elemento crucial tanto no processo de migração, quanto em seu estabelecimento. A importância das redes sociais e familiares é destacada por outros estudos, tais como o de Durhan (1973), Menezes (2012), Rocha e Trindade (1995), Woortman (1990), entre outros.

Muito mais do que o mero deslocamento de um dado grupo de pessoas em um espaço físico, o fenômeno migratório se constitui em uma série de tensões e implicações subjetivas dos sujeitos que se locomovem. Segundo Durhan (1973):

É importante reconhecer que, mesmo as migrações que envolvem mudanças tão radicais de estilo de vida, como o da zona rural de Sergipe ou Alagoas para a cidade de São Paulo são efetuadas dentro de um universo de referência organizado nos moldes da comunidade rural. Vai-se para onde está a família



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

do irmão do pai, os antigos vizinhos, os amigos de infância (DURHAN, 1973, p.135).

Poucos dias após sua chegada, Luiz começou a trabalhar no seu primeiro emprego em Santos como ajudante geral na Companhia Usinas Nacionais, fabricante do Açúcar Pérola. O primo de sua esposa que o recebeu e intermediou sua vinda tinha, segundo ele, lhe garantido esta vaga de emprego ainda quando estava no Nordeste.

Ah! Naquele tempo a hora que eu cheguei, rapaz, já vim certo pra trabalhar. Esse colega mesmo meu já me chamou e aí disse, “não precisa nem fazer ficha; é do norte, pode entrar” (Luiz, 68 anos).

A maioria dos trabalhadores da Usina era de origem nordestina, grande parte sergipanos. O trabalho era extremamente pesado. Sua rotina era composta por mais de doze horas de trabalho por dia, entrava às seis da manhã e o horário de saída era às 18 horas, porém, devido ao salário extremamente baixo, era comum a realização de diárias e de horas extras. E assim, a jornada, que se iniciava às seis da manhã, se alongava até às 21 horas. Ele conta que demorou a se habituar ao ritmo do trabalho, sua sensação era a de “ter saído de um inferno e entrado em outro”. Tinha medo de quebrar o pescoço com os sacos de açúcar que eram arremessados em sua direção, mas, aos poucos, foi pegando o costume e o jeito com o trabalho pesado, principalmente devido aos conselhos de companheiros mais velhos que trabalhavam há mais tempo na Companhia.

Aí o cara me deu uma sacada, aí eu digo, falei pra um cara, poh! O cara falou pra mim: “tu só tem tamanho e safadeza? Veio de lá fazer vergonha?” Aí, digo: “puta que o pariu, saí de um inferno e entrei no outro” (risos). Aí passei um sal grosso com álcool, aí no outro dia voltei de novo. Aí o cara quer ajudar ajuda, né? O cara disse: “tu só tem tamanho e safadeza? Saiu de lá pra fazer vergonha?” Mais, uma vez assim, tem pinhão que fica com pena, né? O cara falou, um cara d’uma usina Santa Barbara, disse: “moleque, você é novo, você tá é com medo. Na hora que o cara for lhe dar a sacada você bote o braço direito na peste deste...”, eu disse “eu...” (imitando voz de choro), eu caipira pra peste, “ele vai quebrar meu braço” (imitando voz de choro). – “vai quebrar o braço porra nenhuma, rapaz, confie no que to lhe dizendo”. Aí eu peguei, né? Tremendo de medo, mas você tem que ter coragem.

Certo.

Quando o cara pegou o saco pra torar, joga de novo, aí eu levei o braço. Minino! O saco foi parar uns cinco metro pra trás de minhas costa. Pá!



Açúcar pra todo lado, aí veio o encarregado com nome de Reimundo (risos): “oh baianinho, isso é papelão que cê faça?” “Oia, o senhor não leve a mal, saco tem muito aí, meu pescoço só é um, posso fazer nada” (risos) (Luiz, 68 anos).

O senso de solidariedade dos companheiros contrastado com a rispidez dos encarregados também é retratado no trabalho de Fontes (2008) em sua pesquisa com trabalhadores da Nitroquímica, em São Miguel Paulista, bairro da zona leste de São Paulo. O autor chama a atenção para a ocorrência comum de brigas e da utilização de apelidos e termos que faziam alusão de forma pejorativa à origem nordestina entre os próprios trabalhadores migrantes, que estabeleciam os termos da aproximação e do distanciamento entre os trabalhadores.

Durante a semana, ele nos conta que era inexistente qualquer tipo de atividade de lazer extratrabalho devido à natureza de sua ocupação, que exigia grande esforço físico. Luiz e seus companheiros voltavam para casa e só havia tempo para jantar e dormir. Aos domingos, seu único dia de folga, seu passatempo se resumia ao consumo de álcool, eventualmente algumas partidas de futebol com os amigos do morro e do trabalho na orla da praia, que posteriormente fora deixado de lado devido às brigas ocasionadas pela embriaguez e a idas a prostíbulos. Em suas próprias palavras, seu tempo de folga se resumia a “cachaça e nega”.

Apesar do baixo salário, complementado pelas horas extras, Luiz afirma que gastava muito do que ganhava. “[...] eu gastava muito, a gente explodia também, na vagabundagem, né? (risos)”. Durhan (1973) observa em sua pesquisa que, por não acessarem a estabilidade financeira nem o prestígio a partir de suas ocupações, os trabalhadores migrantes buscam no consumo conspícuo daquilo que está ao alcance a noção de dignidade que lhes é negada.

Ainda segundo Luiz, devido à imaturidade e ao álcool, durante os primeiros anos que estava em Santos, não queria mais saber da mulher e do filho, não passava mais pela sua cabeça reencontrá-los. Estabelece então, um relacionamento com uma garota de programa. Apesar disso, continuava enviando todo mês dinheiro para ambos. Foi Maria, sua esposa, que decidiu partir para Santos assim que descobriu, por intermédio



do primo que o acolheu, o caso extraconjugal. Luiz estava ciente da vinda de sua família e, quando estes chegaram, foram morar de favor na casa de um primo de Maria. Só depois de algumas semanas que ele decidiu alugar um casebre no Morro para morar junto com a mulher e seu filho.

Luiz trabalhou por doze anos na Companhia Usinas Nacionais, dos quais oito foram como ajudante geral e quatro operando uma das turbinas utilizadas no refino do açúcar. O salário que recebia como operador foi a melhor remuneração que teve ao longo de seu tempo de trabalho. Foi nessa época, em meados de 1981 e 1982, que conseguiu comprar a casa que reside até hoje. Foi também nesse período que ele sofreu um terrível acidente de trabalho.

As turbinas operavam em altíssima temperatura. Segundo ele, como era costume entre aqueles que faziam o período noturno, deu um breve cochilo; foi acordado com a explosão causada pelo superaquecimento da turbina. Supostamente, a turbina que ele era responsável estava com o termômetro quebrado. O espaço foi tomado pela calda de açúcar que escorria em alta temperatura. Só não houve uma explosão maior porque Luiz conseguiu chegar, caminhando pelo meio da calda quente, a um duto por onde passava o açúcar e fechá-lo manualmente. A ousadia lhe custou caro, sofreu queimaduras graves e ficou afastado por quase um ano do trabalho. O período que ficou recebendo pelo INSS, como nos conta, acabou por prejudicá-lo quando, posteriormente, requereu aposentadoria. Foi dito que ele teria que cobrir este tempo de afastamento.

Passado esse tempo, acabou sendo despedido aos 39 anos de idade, junto com outros companheiros de trabalho, quando a Companhia Usinas Nacionais foi fechada em 1987. O interregno entre essa ocasião e o momento em que consegue outro emprego foi preenchido com trabalhos ocasionais na área portuária, o mais das vezes limpando tanques de combustível. Até que em 1988, por intermédio de um amigo, entrou em seu segundo emprego, o Moinho Fama, uma fábrica de processamento de grãos que era integrada nacionalmente à J. Macedo S/A. Nesse emprego, voltou a trabalhar como ajudante geral. Seu salário era bem menor do que recebia como operador e também já não era possível ganhar mais fazendo horas extras, uma vez que a nova empresa usava o sistema de banco de horas.



A mudança de emprego aparentemente marcou Luiz, não somente pelo fato do salário ser menor, mas por não ter uma “função”. O cargo de operador, além da responsabilidade em si, foi fruto de praticamente dez anos de trabalho duro. Com a volta ao cargo de ajudante geral, tem-se, não somente uma redução salarial, mas, sobretudo, a negação de suas experiências e qualidades específicas que acumulou ao longo dos anos. “Função”, na acepção que ele atribui ao termo, denotava ter uma “profissão”. Elemento que ele não reconhecia no cargo de ajudante geral.

Luiz permaneceu por dez anos no Moinho Fama e só saiu quando fecharam as portas em 1998. Segundo ele, no momento em que foi demitido, faltavam apenas seis meses para se aposentar; mas, com a reforma da previdência ocorrida naquele ano, este período foi para dez anos. No entanto, o mais provável é que ainda faltava tempo de contribuição para a sua aposentadoria. Ele então desistiu de procurar outro emprego formal, pois estava “cansado de ser burro de carga dos outros”.

A partir de então, seguiu sustentando-se da renda da pequena quitanda que tinha na cozinha de sua casa vendendo doces salgados e refrigerantes para a comunidade do morro e do aluguel de uma segunda casa que conseguiu comprar durante o período que era operador de turbinas na Companhia Nacional. Foi iniciativa de sua esposa Maria, abrir uma quitanda em sua cozinha antes mesmo de Luiz tentar se aposentar. Em 2010 conseguiu finalmente se aposentar, como já não gastava mais com o álcool e as farras, ele conta que a modesta renda que conseguia com o aluguel do barraco e o comércio na quitanda, junto com a aposentadoria, era suficiente para seguir em frente.

Roberta, 25 anos quase sendo da família! (Santos)

Também proveniente de Macambira, Roberta, de 73 anos, veio para Santos em 1965, então com 20 anos. Veio incentivada pelos boatos que ouvia das oportunidades de emprego que existia no Sudeste. Segundo ela, embora o destino majoritário daqueles que partiam de Macambira fosse a cidade de Santos, os relatos remetiam à cidade de São Paulo. Essa cidade constituía, no imaginário dos migrantes, não um espaço territorial específico, mas um espaço simbólico; lugar de riqueza e oportunidades para



se “ganhar a vida”, ainda que cheia de perigos e incertezas, antítese do que significava o “Norte”, como nos lembra Woortmann (1990).

Mãe solteira², Roberta deixou seus dois filhos – um de dois anos e Carlos, então com dez meses de idade – com sua mãe e irmã. Conta que a vida em Sergipe era extremamente sofrida pela dificuldade em se viver da terra, única possibilidade de sustento para os mais pobres. Junto com a sua família, plantava milho e algodão, mas, reclama que a colheita era sempre insuficiente. Assim como Luiz, ela também é analfabeta. Responde ao questionamento sobre frequentar a escola quando ainda residia em Sergipe com uma pergunta: “e pobre estudava naquela época, meu filho?”. Depois de 20 anos em Santos, tentou voltar a estudar, mas afirma que não se adequou, sentia-se muito velha e que a cabeça já não funcionava bem o suficiente para isso.

Argumentos semelhantes ao “não ter cabeça pra estudar” de Roberta e, anteriormente, os que vimos para o caso de Luiz, assim como a desistência da escola devido à indisciplina e uma má relação com os professores são retratadas nas trajetórias de jovens migrantes de famílias camponesas presentes no trabalho de Menezes (2012). Aparece no relato dos jovens entrevistados por ela a perspectiva de que a educação não era um fator determinante no acesso a melhores cargos e salários, mas, sim, as relações sociais construídas no ambiente ocupacional:

[...] Não ter cabeça, no sentido atribuído pelos jovens, refere-se à falta de paciência e estímulo para manter-se na escola por nove ou mais anos estudando disciplinas difíceis, muitas vezes desconectadas do seu contexto e nem sempre resultando em uma qualificação que lhes permita adquirir os recursos necessários ao seu sustento. [...] Boa parte dos jovens com quem conversamos ou entrevistamos consideram que o estudo é um investimento para muitos anos e as necessidades não esperam [...] (MENEZES, 2012, p. 125).

A dificuldade que migrantes encontram em permanecer no ambiente escolar e dar sequência aos estudos também aparece no trabalho de Vargas (2003) que trata da educação de jovens e adultos (EJA). Para ele:

[...] Ao confronto com a sociedade letrada se juntam os conflitos de ruptura com suas culturas de origem, pois nessa escola os adultos migrantes vivem

² Na ocasião em que a questioneei sobre o pai de seus filhos, percebi certo desconforto por parte de Roberta em falar sobre ele, desconversando bruscamente sobre o assunto. Optei por não mais buscar detalhes deste fato.



uma outra forma de negação: eles são recusados em razão de seus saberes e de suas formas de compreender a realidade (VARGAS, 2003, p.115).

Em Santos, Roberta trabalhou sempre como empregada doméstica. Ela passou os primeiros seis anos trabalhando na casa de uma senhora à qual chamava de “sinhazinha”, e, posteriormente, começou a trabalhar na casa do dono de um importante restaurante da cidade, onde permaneceu durante vinte cinco anos até o momento de sua aposentadoria por invalidez, quando foi morar com seu filho e família. Segundo Georges (2011):

No Brasil contemporâneo, o emprego doméstico é o símbolo do trabalho feminino popular, pouco qualificado, na maioria das vezes informal (três quartos dos casos) e marcado por forte discriminação étnica e racial. Nos meios populares, quase todas as mulheres exercem essa atividade em algum período da vida, o que representa entre 5 e 6,5 milhões de pessoas (um quinto das mulheres economicamente ativas). O emprego doméstico tem estigmas profundos, que remetem à sobrevivência das relações pater(mater)nalistas no trabalho (GEORGES, 2011, p.95).

Roberta relata como era sua rotina diária: acordava todo dia às 6 horas da manhã e logo começava a polir a prataria, lavar as paredes ou realizar a limpeza dos banheiros. Junto com ela trabalhavam mais três pessoas, um jardineiro e mais duas moças que auxiliavam na limpeza e afazeres do lar. Seu trabalho terminava somente quando sua patroa a dispensava, geralmente por volta das 23 horas, não gozava de férias e sua folga consistia em ter um domingo livre a cada 15 dias, momento em que visitava parentes e amigos. Quando questionada sobre o que fazia nos momentos em que não estava trabalhando, ela afirma que nunca existia um tempo só para si, que a qualquer momento, seja de dia ou de noite, sua patroa a requisitava quando achava necessário.

Na percepção de Carneiro e Rocha (2009), um dos traços mais perversos do trabalho doméstico em tempo integral, no qual não se delimita onde começa o papel de serviçal e termina o “quase sendo da família” consiste na inexistência de um tempo e espaço individual para cuidar da própria vida por parte das domésticas, significando assim que a sua “entrega da mão de obra se confunde com a entrega de seu ser e de sua vida como um todo” (CARNEIRO e ROCHA, p. 136, 2011).

Como sempre morou na casa dos patrões, ela afirma que havia forte resistência por parte deles em permitir que ela trouxesse os filhos para morar junto consigo. Mesmo



assim, rompeu esse obstáculo com apenas uma filha, mais nova, fruto de um relacionamento rápido nesse contexto. Enquanto trabalhava, sua patroa ajudava a tomar conta da criança. O salário extremamente baixo era compensado, ainda segundo ela, pela possibilidade de ter a filha sendo bem-criada.

Apesar da manifesta gratidão expressa na fala de Roberta por seus patrões, ela se mostra ao mesmo tempo ciente da condição de supressão de direitos e exploração da sua força de trabalho.

A Volkswagen como porto seguro familiar (Souzas)

Benedita, de 71 anos e seu esposo João, 72, são naturais de um pequeno povoado situado próximo à cidade de Lagarto, em Sergipe. Diferente das trajetórias de Roberta e Luiz, que desde muito cedo viveram as adversidades relativas à vida no campo, a família de Benedita teve um padrão de vida razoável durante um período de sua infância. Sua mãe dispunha de uma babá para ajudá-la na criação dos dez filhos, a casa em que residiam era mobiliada com móveis de madeira nobre e sempre havia fartura na alimentação, segundo seu relato. Este quadro se alterou drasticamente com a morte de seu pai, conhecido fazendeiro e delegado da região. Sucede que ele possuía outra família, anterior ao casamento com a mãe de Benedita, e destinou a ela a maior parte dos bens; restando à mãe de Benedita somente o sítio em que vivam.

Frente a esta nova realidade, sua mãe buscou o sustento da família através do cultivo de algodão e mandioca, contando com a mão-de-obra de seus filhos, com exceção de Benedita. Além de ter contraído coqueluche com um mês de nascida, sua babá a teria derrubado acidentalmente causando um distúrbio na lombar, condição que lhe acomete até os dias de hoje.

Uma vez que não podia contribuir com sua força de trabalho no plantio devido aos problemas de saúde, Benedita foi a única entre seus irmãos que deu sequência aos estudos após a morte de seu pai, frequentando a escola até os 15 anos de idade. Ela afirma que tinha apreço pela rotina de estudos e que a única passagem ruim que tem na memória em relação à sua vida escolar foi uma ocasião na qual uma professora a agrediu fisicamente, alegando que tinha sido desrespeitada.



João, por sua vez, afirma que lê e escreve com extrema dificuldade, apesar de ter estudado até o quarto ano. Para ele, as jornadas escolares eram extremamente desestimulantes e era muito difícil de aprender algo, uma vez que o plantio de fumo e mandioca eram sua primeira obrigação, sendo por vezes compelido a faltar as aulas.

Benedita e João casaram-se ainda jovens, quando respectivamente estavam com 20 e 21 anos de idade. Contaram com a ajuda do pai de João que cedeu um pequeno terreno para eles construírem uma casa. Foi neste período que, tendo em vista as dificuldades pelas quais a família atravessava, a mãe de Benedita decidiu migrar para Santos trazendo sua família. Sua mãe vendeu o sítio em que viviam e veio com seus outros filhos no ano de 1966, “com a coragem e a cara”, como costumava dizer. Com o dinheiro que recebeu da venda, deu entrada na casa em que viveu até o momento de sua morte, situada no bairro Jardim Castelo, na Zona Noroeste de Santos. Em Santos, trabalhou como costureira e aposentou-se por invalidez.

Em suas memórias, Benedita lembra que a vida em Sergipe era sofrida, “só não chegou a passar fome”. Ela e seu esposo tiveram quatro filhos, o primeiro faleceu com poucos dias de nascido e o segundo com aproximadamente dois anos de idade devido a um quadro agudo de leucemia. Percebe-se, em sua fala, que a morte dos filhos foi uma das principais razões que fizeram com que o casal começasse a cogitar a possibilidade da migração. A fome, apontada por Sarti (2011) como possível marco referencial que rompe com a condição de dignidade no interior das classes populares, aparece na fala de Benedita análoga à morte e a inexistência de condições mínimas de sobrevivência de seus filhos como o limiar do considerado aceitável para a permanência em sua terra natal.

[...] Lá a safra não tava dando mais, eu tive quatro filho, dois filho morreram!
[...]

A senhora tinha quantos anos quando teve o primeiro filho dona Benedita?

Ia fazer 21, ainda tava com 20 anos, e foi de carreirinha, tive 4 filho. Depois minha mãe mandou aqueles comprimido de evitar, mandou uma caixa cheinha, e eu gostei do negócio rapaz, não quis ter filho mais não, nasciam doente! Com problema! Morreu dois! Tem dias que eu choro porque eu digo assim: “Meu Deus, se eu tivesse criado meus filho, eu tinha mais família, mais,né? Sou feliz com a família que Deus me ajudou a criar! [...] Tive uma



vida complicada, arruinada lá em Sergipe, muito ruim, só não passemos fome no casamento.

Ai a senhora foi trabalhar na roça com seu marido?

Não, ele nunca quis e eu não guentava, ficava tomando conta dos filhos.

Entendi, aí a senhora....

Eu assisti meus filhos morrer! Tudo isso, eu já passei meu pedaço na minha vida, triste! Assisti, os dois morrer. Lá usava botar a vela na mão, morria uma criança segurava aquela vela até acabar de morrer. Até pra fazer o enterro dos filhos era aquela dificuldade. Tinha que tomar dinheiro emprestado pra depois, quando vendesse os fumo, paga. Era uma situação de cachorro no mato, como diz o ditado. Não era brincadeira não, só não passei fome! Mas não podia comprar uma roupa pro filho, comprar roupa pra mim, era banguela! (Benedita, 71 anos).

Sua mãe sempre lhe escrevia pedindo que mudasse para Santos. Eles migraram no ano de 1975, com seus dois filhos e moraram na casa de sua mãe por aproximadamente dois anos. Para ela, uma das maiores dificuldades durante esse período foi o grande acúmulo de trabalho doméstico que ficava em sua responsabilidade, devido ao número de pessoas que vivam na casa e o fato de que somente ela e sua mãe não trabalhavam fora.

O primeiro emprego de João, em Santos, foi o de calceteiro, realizando a manutenção do calçamento das ruas da cidade. A vaga surgiu graças a mediação de um de seus cunhados, mas, teve curta duração. Passados quatro meses, a empresa perdeu a licitação – que a habilitava a prestar serviços para prefeitura – e João ficou desempregado. Depois de passar por alguns empregos informais, “bicos”, na construção civil, sempre mediado por conhecidos do bairro, conseguiu uma entrevista na Volkswagen, em São Bernardo do Campo, também através de um cunhado que já trabalhava na montadora.

João relata que uma das primeiras perguntas feitas pelo entrevistador era com relação ao seu grau de estudo. Ele havia estudado somente até o quarto ano, mas não tinha como comprovar porque dava, como era de costume segundo ele, os certificados de conclusão para seus pais e padrinhos, mas independentemente estava ali “disposto a trabalhar”. Para a sua surpresa, o entrevistador, proveniente da Paraíba, confidenciou que tinha o mesmo costume de dar os diplomas à familiares e que a ausência da comprovação não seria um problema.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

De acordo com Bourdieu (1983, 2004, 2011), as credenciais educacionais são exemplos da forma institucionalizada de capital cultural e operam como elemento distintivo dentro de um dado *campo*, compreendido do ponto de vista do autor:

[...] como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social”. A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no polo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específica que determina o espaço em questão (ORTIZ, 1983, p.21).

No contexto da vida no campo retratada nos casos de João e seu entrevistador, o certificado educacional não atesta, a quem o possui, o domínio de saberes socialmente desejados, uma vez que a instituição escolar é retratada como extremamente frágil e precária. Tampouco opera como instrumento de legitimação, prestígio e ascensão social, já que nesta realidade o que se apresenta como única possibilidade de sobrevivência é o trabalho rural. Todavia, o diploma educacional ainda sim é visto como um bem simbólico valioso, uma vez não operando como elemento que garantirá alguma melhoria de vida e ascese social, este é ressignificado como forma de homenagem e reconhecimento social no interior do campo familiar.

Sua trajetória na Volkswagen teve início no ano de 1977. Nas primeiras semanas, ele nos conta que ficou somente “aprendendo o serviço”, observando os mais antigos no setor de montagem de motores. Tendo em vistas as reclamações de sua esposa em relação ao cotidiano árduo de tarefas domésticas, após alguns meses trabalhando, João se mudou com a família para a Vila Joaniza, bairro situado na Zona Sul da cidade de São Paulo, onde residiu até 1983. No entanto, devido a precária condição de saúde da mãe de Benedita, que tinha sofrido sete infartos e necessitava da ajuda da filha, decidiram retornar para Santos. João trabalhou por dez anos no setor de montagem de motores, trabalhava por turno com uma média de dez horas e meia, cumprindo sempre 28 minutos a mais por dia para poder folgar aos finais de semana. Posteriormente foi transferido para o setor de têmpera, que consistia na limpeza das peças dos motores que saiam do forno com o jateamento de ácidos. Conta que o serviço



neste setor era pesado, trabalhava numa sala pequena onde a temperatura era muito alta por conta dos fornos. Ficou por onze anos nesta função e por fim foi transferido para o setor de torno, que, segundo ele, era menos penoso do que o anterior, onde ficou até o momento de sua aposentadoria.

No total, foram vinte e três anos na Volkswagen. Aposentou-se com 53 anos de idade, em 1999. Nessa ocasião se a tivesse adiado para os 55 anos, teria conseguido se aposentar com 100% do seu salário. Mas, havia, na época, um receio generalizado entre os trabalhadores com as mudanças nas regras da previdência que estavam para ocorrer, também por conta disso ele decidiu se aposentar naquele momento recebendo 76% do que ganhava. Após a aposentadoria, seguiu trabalhando por mais dois anos, acumulando a aposentadoria com o salário. Ele conta que tomou essa decisão visando principalmente ajudar sua filha que havia se casado na época e mudado para Itapecerica da Serra com o marido, ambos estavam desempregados e passando por necessidades.

Questionado se em algum momento a empresa incentivava os funcionários a estudar, João conta que em 1986 uma circular foi entregue a todos os trabalhadores recomendando que voltassem aos estudos. Em 1996, a empresa divulgou outro documento, avisando que quem não possuísse o segundo grau completo seria demitido. Esse também foi um dos fatores que o levaram a pedir logo a aposentadoria. Muitos, entre seus amigos, voltaram a estudar, apesar da dificuldade de conciliar o trabalho e estudo. No seu caso, assim como daqueles que moravam na Baixada Santista, era inviável, devido ao tempo gasto com o deslocamento, além do fato de trabalhar em turnos.

Quando o assunto é sua saúde e a relação com o trabalho, João conta que perdeu 25% da audição. Mesmo assim, prefere não culpar a empresa, pois ele não utilizava o equipamento de proteção individual, conforme era recomendado. João e sua esposa Benedita denotam em suas falas uma perspectiva de afeto e gratidão com relação a Volkswagen a quem se atribui a oportunidade dada para estruturar a família.

Após a morte da mãe de Benedita, e com parte do dinheiro que recebera da aposentadoria de João, o casal comprou a casa em que reside hoje, também situada na Zona Noroeste. Benedita passa o dia ocupando-se com os afazeres do lar e João passa



boa parte do tempo em um clube de bocha próximo de sua residência. Ele afirma que teve dificuldade para se adequar ao tempo livre que veio com a aposentadoria, uma vez que passou mais tempo dentro, do que fora, da Volkswagen ao longo de sua vida, o clube foi uma das formas que encontrou para ocupar-se. Após sua aposentadoria optou por não procurar outro trabalho.

Depois que o senhor se aposentou, passou pela sua cabeça voltar a trabalhar aqui em Santos?

Não, não deu pra fazer isso, porque eu não tenho estudo nenhum, nem profissão! Não tinha profissão nenhuma, a profissão minha era lá, a montagem e a tempera, aqui fora não resolve nada, é o mesmo que nada. Fora de lá não é profissão, eu não tenho profissão, fazer o que?

Entendi.

Sem estudo, pra você ir trabalhar de porteiro, de guarda, de uma coisa e outra precisa fazer curso, fazer uma coisa aqui e ali, a gente tem dificuldade, até faz, mas faz na dificuldade. Aí também a gente foi se acomodando com o que ganhava, dava pra viver, tirava o incentivo de trabalhar, trabalhar de ajudante, servente de pedreiro, serviço pesado eu não ia mais fazer.

(João, 72 anos)

A afirmação de que não é nada fora da empresa em que trabalhou por mais de vinte anos demonstra a centralidade que o trabalho teve em sua trajetória. A Volkswagen não é somente a forma pela qual João garante a sobrevivência material de sua família, é neste espaço que seu baixo *capital cultural* é suplantado simbolicamente pelos saberes e competências que desenvolveu empiricamente ao longo dos anos. A partir deles, João não se vê como um mero peão ou mão de obra barata, mas sim como alguém devidamente qualificado por meio do trabalho árduo.

Entre a máquina de escrever e a estiva (Gomes)

Wilson e Marisa são os entrevistados mais velhos dentre os relatos das primeiras gerações, ele tem 90 anos e sua esposa 82. Wilson é natural da cidade de Estância em Sergipe, mas ainda criança com então quatro anos migrou junto com sua família para Itabuna no sul da Bahia, sua esposa é natural daquela região. A principal dificuldade em colher estes depoimentos se deu pelo fato da pouca audição que Wilson tem, decorrente não somente de problemas de saúde oriundos de sua juventude, mas também devido à



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

sua idade avançada. Wilson e Marisa conheceram-se na infância, a fazenda da qual o pai dele era feitor era vizinha ao sítio da família de Marisa.

Marisa conta que nunca chegou a estudar, quando ainda morava na roça não havia escolas nas proximidades e logo que mudou para Itabuna teve que trabalhar para ajudar a família, composta por mais nove irmãos e sua mãe. Somente uma de suas irmãs chegou a estudar um pouco e ensinou a ela o pouco que sabe. Seu pai morreu quando ela tinha um ano e meio, assassinado por um fazendeiro da região devido a uma rixa que existia entre ambos. Apesar de o pai ter posses, todos os seus bens ficaram com a família de sua primeira esposa, similarmente ao ocorrido com a família de Benedita.

Ela começou a trabalhar com 17 anos em uma fábrica de refrigerantes em Itabuna fazendo a mistura de ingredientes, não era necessária nenhuma qualificação prévia ou credencial educacional para o serviço, as medidas eram ajustadas por terceiros, o trabalho era pesado, das sete da manhã às cinco da tarde com uma hora de almoço e o salário “mal dava pra comer”. Quando criança Wilson ajudava o pai na colheita e pisa do cacau, apesar da vida simples afirma que “não faltava comida na mesa”. Mudou-se em 1932 para a cidade de Itabuna e lá estudou até os 17 anos de idade, concluindo a preparação para o ginásio. É neste período que ocorreu o episódio que para ele “atrapalhou toda sua vida”, a contração da caxumba, que o fez perder 50% da audição.

Wilson veio para São Paulo no ano de 1947, desembarcou na “Estação do Norte” e de lá seguiu para a cidade de Rancharia no interior do Estado onde vivia sua irmã mais velha. Lá trabalhou no plantio e colheita do café e algodão transitando por outras cidades da região de Presidente Prudente como Regente Feijó e Tupã, e Porecatu no norte do Paraná. Na ocasião em que trabalhou nesta cidade conta que seus colegas de trabalho ao descobrirem que ele sabia ler e escrever pediram que também os ensinassem. Ao final do expediente na lavoura ele os reunia e buscava ensinar aquilo que sabia, sendo apelidado carinhosamente pelos colegas como “o professor”. Na sua perspectiva ele não se adequou aquela região porque “o trabalho na roça com enxada era muito mais pesado do que trabalhar com o cacau”, o qual estava acostumado.



Wilson veio de Rancharia para Santos no ano de 1948 a convite de um colega de trabalho. Seu primeiro emprego conseguido “com a cara e a coragem” foi como servente de pedreiro. Após alguns meses vivendo em Santos decidiu alistar-se no exército, tinha medo de que sua deficiência auditiva fosse um impeditivo, no entanto o médico que realizou os exames médicos permitiu o seu ingresso mesmo constatando o grau de surdez. Wilson serviu na cidade de Lorena-SP por aproximadamente um ano, retornando para Santos em 1949. Seu primeiro emprego nesta segunda vinda foi como calceteiro na prefeitura, ele narra com entusiasmo à forma como conseguiu tal vaga: o prefeito à época, Rubens Ferreira Martins tinha como costume reservar um dia da semana para receber qualquer munícipe que desejasse uma audiência, Wilson aproveitou a oportunidade para requerer uma oportunidade de trabalho na prefeitura.

Seu Wilson, como o senhor entrou na prefeitura?

Naquele tempo o prefeito dava audiência pra qualquer um, pra falar direto com ele, toda quarta feira. E eu fui lá, era Rubens Ferreira Martins, o nome dele é o nome do túnel, e eu fui bem atendido. É um milagre! aconteceu comigo pra entrar na prefeitura um milagre! É por isso que, eu nunca saio da Igreja Católica! Aconteceu um milagre comigo! Porque naquele tempo o cara que fazia as inscrição pra pedido de trabalho tava assim de pedido em cima da mesa dele, e ele registrar o cara assim na hora?

Certo.

[...] Eu cheguei na prefeitura, cheguei no gabinete dele e falei: “olha o seu Prefeito, eu dei baixa no exército e to por ai jogado fora sem emprego e tal”. Ai ele falou: “Qual é o serviço que você quer?”. “Olha, eu só não quero que o senhor me arrume pra limpar canal”, porque naquele tempo os canais de Santos eram desobstruídos a pá, tirava a lama e jogava no caminhão, era de matar o cabra! E eu não tinha prática de trabalhar em calçamento de rua, ai ele na mesma hora chamou o secretário dele, que era o seu Armando: “Armando, pega esse rapaz aqui e leva lá pro Paulo e fala pra ele pra fazer a inscrição dele, eu quero ele trabalhando essa semana!” (Wilson, 90 anos).

Wilson conciliava o emprego na prefeitura com o trabalho no porto como estivador. Alguns anos mais tarde, em 1952, financeiramente mais estabilizado, decidiu enviar uma carta ao sogro pedindo permissão para que Marisa viesse ao seu encontro e assim se casarem, o que de fato ocorreu naquele mesmo ano. Wilson trabalhou como calceteiro até 1960, quando graças a um curso de datilógrafo que realizou enquanto servia o exército conseguiu tornar-se oficial administrativo. Sua função era redigir os



relatórios dos serviços realizados nas ruas da cidade. Aposentou-se no ano de 1983 aos 57 anos de idade, mas seguiu trabalhando como estivador, sua segunda fonte de renda que mantinha desde a época que voltou pela segunda vez à Santos.

Como estivador se aposentou em 1997 então com 71 anos de idade. Ele e sua esposa tiveram oito filhos, todos nascidos na cidade de Santos, apesar de problemas acarretados pela idade avançada, como se locomover (Wilson utiliza uma cadeira de rodas e Marisa uma bengala, devido às duas hérnias de disco que possui), o casal mora só na casa que construíram há mais de 40 anos atrás no bairro Jardim Castelo, na Zona Noroeste de Santos. Wilson conclui sua fala afirmando não ser uma pessoa azarada, pois sabe que apesar das dificuldades, sua história de vida ainda sim foi melhor do que de muitos companheiros que assim como ele saíram cedo de sua terra natal em direção à São Paulo. Nas palavras do próprio Wilson: “Eu não sou azarado não, o cara nunca pode perder a esperança”.

Nas trajetórias apresentadas a fragilidade da possibilidade de manutenção da vida no campo é o pano de fundo que levam os agentes a deixarem seus respectivos locais de origem. Para além dos determinantes estruturais, há de se levar em conta que o fenômeno migratório se constitui em uma série de tensões e implicações subjetivas dos sujeitos que se locomovem³ (SAYAD, 1998), sendo assim outro elemento fundamental na existência deste espaço migratório entre Santos e Sergipe.

Embora as redes tenham grande importância no percurso migratório dos agentes quando chegam ao seu local de destino (MENEZES, 1985, SAYAD, 1998), as trajetórias apresentadas demonstram paralelamente a esta questão a perspectiva de conquistas e resiliência frutos também do mérito individual, retratados nas entrevistas com a máxima “com a coragem e a cara”.

Como dá provas os dados secundários já coligidos em pesquisas quantitativas, é possível percebermos como, nas primeiras gerações, são precários os percursos

³ Segundo Sayad (1998), a imigração corresponde à um fato social total e completo. Completo porque deve ser analisado de forma interdisciplinar, na convergência e relação de várias áreas das ciências sociais; e total por se constituir entre aspectos estruturais e motivações subjetivas dos sujeitos migrantes (SAYAD, 1998).



educacionais. Tal circunstância é resultado da precariedade do acesso à educação durante o período em que ainda não haviam feito o percurso migratório. Este fato torna a alfabetização e a capacidade de ler como algo que está além de suas capacidades intelectuais na perspectiva dos agentes. Wilson é a exceção em relação a esta visão e o único do qual as credenciais educacionais foram elemento distintivo e que de fato garantiram uma possibilidade de emprego na cidade de Santos.

Analogamente, relatos como os de Luiz e João demonstram como, na ausência de um *capital cultural* institucionalizado, em certa medida, este é substituído simbolicamente pelos saberes e habilidades adquiridos empiricamente ao longo dos anos de trabalho. Em ambos os casos, ocupar uma função diferente da que exercia depois de muitos anos (no caso de Luiz no momento em que sai da função de operador para ajudante geral, e no de João em relação a sua decisão de parar definitivamente de trabalhar após sua aposentadoria) não implicava somente em um salário menor e condições piores de trabalho, mas também em não ser reconhecido a partir das qualidades específicas e saberes que conquistaram arduamente durante anos a fio de trabalho.

Tendo em vista a fragilidade das trajetórias educacionais, quais significados assumem a educação nesta geração? A educação é retratada na história dos agentes mais como um elemento de distinção e prestígio do que como uma ferramenta de ascensão social e econômica. As trajetórias de trabalho por sua vez aparecem como principal marco referencial na história das primeiras gerações das quatro famílias. Como aponta a literatura (TELLES, 1992; SARTI, 2011), o trabalho é interpretado como elemento que os dignifica e valora moralmente, mas também é retratado enquanto as iniquidades e sofrimentos derivados.

A aposentadoria é vista como o momento da possibilidade da consolidação material que garantirá minimamente a sobrevivência familiar, seja na conquista da casa própria ou utilizando-a para ajudar os filhos, além de também ser retratada como o limiar da capacidade dos agentes em contribuir com sua força de trabalho para a manutenção familiar.



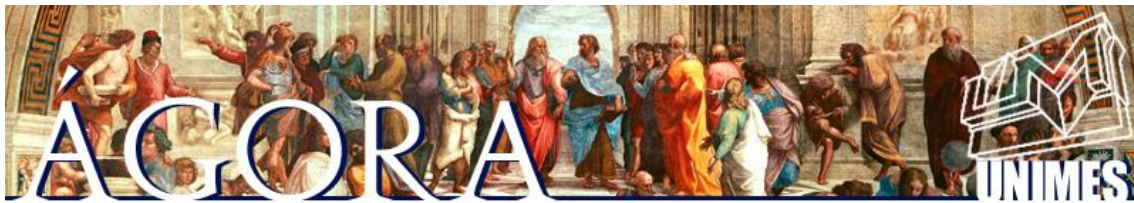
Há de destacar como as mudanças no sistema previdenciário durante a década de 1990 impactaram diretamente nas estratégias familiares nos casos dos Silva e Souza. Nesta década, o alto índice de desemprego e informalidade do mercado de trabalho em conluio com o fraco desempenho econômico do país corroborou com um discurso que defendia a necessidade de uma reforma no sistema previdenciário brasileiro, discurso este alinhado e cobrado por órgãos estrangeiros, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BATICH, MARQUES e MENDES, 2003).

Com as mudanças que começaram a ser discutidas durante o governo Fernando Henrique Cardoso em 1995 e foram definitivamente aprovadas pelo Congresso Nacional em 1999, teria direito a aposentadoria aqueles que tivessem contribuído durante 35 anos no caso dos homens e 30 no das mulheres. Outra mudança adotada com a reforma e que gerou grande controvérsia entre a população foi em relação ao valor da aposentadoria:

No caso das aposentadorias por tempo de contribuição, no lugar desse valor ser estabelecido pela média aritmética dos últimos 36 (trinta e seis) meses de contribuição, passou a considerar a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes no mínimo a 80% de todo o período contributivo do segurado, corrigidos monetariamente. Sobre esse cálculo é aplicado um fator redutor que varia de acordo com a idade do segurado, ou seja, o quanto de vida ele terá depois de aposentado, segundo estimativas da Fundação IBGE. Esse fator foi denominado Fator Previdenciário (BATICH, MARQUES e MENDES, 2003, p.116).

Embora faltem elementos que corroborem com esta afirmação, muito provavelmente Luiz teve sua aposentadoria adiada por dez anos devido ao fato de não ter contribuído durante o período em que esteve afastado do trabalho pelo acidente que sofrera, caindo assim nas novas regras da previdência que entraram em vigor no ano de 1999. No caso de João, sua preocupação em se aposentar o mais rápido possível se deu tendo em vista a mudança brusca que ocorreria no valor de sua aposentadoria com as novas regras, além do fato já citado anteriormente de maiores cobranças por parte da empresa por maiores credenciais educacionais, durante seus últimos anos de trabalho.

Por fim, nesta geração o trabalho se sobrepõe simbolicamente à educação, não somente pela sua quase inexistência, mas também pela centralidade simbólica que ocupa nas trajetórias. Tomamos como exemplo o caso de Wilson, que apesar de possuir



maior *capital cultural* entre os agentes da primeira geração, trabalhou por aproximadamente vinte anos como estivador, trabalho que demanda grande esforço físico, após sua aposentadoria em uma ocupação burocrática. Tal fato demonstra que o *capital cultural* no seu caso não operava como elemento distintivo, uma vez que este nunca buscou outras funções de cunho burocrático como a que exerceu na prefeitura de Santos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Trabalhos e projetos**. In ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu: Sociologia. Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. – São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**. In ORTIZ, Renato (org). Pierre Bourdieu: Sociologia. Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. – São Paulo: Ática, 1983.

_____. **As contradições da herança**. In: LINS, Daniel S.(org.). **Cultura e subjetividade: Saberes nômades**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2004.

_____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP. Ed. Papyrus, 2011.

BATICH, Mariana; MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquila. **Previdência Social Brasileira – Um balanço da reforma**. São Paulo em Perspectiva, 17(1): 111 – 121, São Paulo, 2003.

CARNEIRO, Maria Teresa; ROCHA, Emerson. **“Do fundo do buraco”. O drama na ascensão social das empregadas domésticas**. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 1973.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.



REVISTA ACADÊMICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

Edição Especial – Simpósio de Filosofia - 2017

MENEZES, Marilda. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho.** Tese de mestrado, defendida na Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, PB, 1985.

_____. **Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos.** In: BRAGA, Antônio Mendes da Costa, TEIXEIRA, Paulo Eduardo, BAENINGER, Rosana (Org). *Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras.* Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **Família, juventude e migrações.** *Revista Antropológicas*, v. 23(1), p. 119-143, 2012.

PAIS, José. M. **Nos Rastros da Solidão. Deambulações Sociológicas.** 2ª Edição. Âmbar. Lisboa, 2006.

ROCHA-TRINDADE, Maria B. **Sociologia das Migrações.** Edição/reimpressão. Ed. Universidade Aberta, 1995.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** – 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SAYAD. Abdelmaleck. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** EDUSP. São Paulo, 1998.

TELLES, Vera da Silva. **A experiência da insegurança: Trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo.** *Tempo Social; Ver. Sociol. USP*, São Paulo 4(1-2): 53-93, 1992.

VARGAS, Sonia de. **Migração, diversidade cultural e educação de jovens e adultos no Brasil.** *Educação & Realidade*, 28(1): 113-131, jan/jul 2003.

WOORTMAN, Klass. **Migração, família e campesinato.** *Revista Brasileira de Estudos da População.* Jan./jul. 1990.